

O processo da Revolução Russa de Fevereiro de 1917: protagonismo dos trabalhadores, estouro revolucionário e dualidade de poderes

MELO, Wanderson¹

Resumo: O tema do presente trabalho é a Revolução Russa de Fevereiro de 1917. Busca-se discutir o sentido daquele processo revolucionário. As fontes são as produções intelectuais sobre o assunto. O referencial teórico-metodológico é a análise imanente. As possibilidades apontadas no texto é que a Revolução de Fevereiro foi protagonizada por trabalhadores, caracterizou-se por um estouro revolucionário espontâneo e resultou na situação da dualidade de poderes na Rússia.

Palavras-chave: Revolução de Fevereiro; Revolução Russa; dualidade de poderes.

The process of the Russian Revolution of February 1917: protagonism of the workers, revolutionary breakthrough and duality of powers

Abstract: The theme of this work is the Russian Revolution of February 1917. It seeks to discuss the meaning of that revolutionary process. Sources are the intellectual productions on the subject. The theoretical-methodological framework is the immanent analysis. The possibilities pointed out in the text are that the February revolution was carried out by workers, was characterized by a spontaneous revolutionary breakthrough and resulted in the situation of the duality of powers in Russia.

Keywords: Revolution of February; Russian revolution; duality of powers.

O tema deste artigo é a Segunda Revolução Russa, o processo revolucionário de Fevereiro de 1917. A historiografia e a produção militante têm se debruçado acerca do sentido daquela Revolução. Neste trabalho, situa-se três questões: a Revolução de Fevereiro de 1917 teria sido protagonizada primeiramente por soldados ou por trabalhadores? A insurreição foi organizada por partidos, ou foi a expressão da espontaneidade dos populares em movimento? O poder emergente na Revolução dever ser compreendido como sendo a combinação da instância oficial expresso na Duma (Parlamento russo) e os Sovietes (Conselhos) instituídos pelos trabalhadores, ou essas instâncias de poderes devem ser vistas enquanto espaços sociais antagônicos?

As fontes são as produções sobre a Segunda Revolução Russa. Ao que se refere à metodologia, utiliza-se a análise imanente na exposição e no

¹ Doutor em História pela PUC-SP. Professor na Universidade Federal Fluminense, Campus de Rio das Ostras. E-mail: wfabiomelo@yahoo.com.br

desvendamento das posições intelectuais, uma vez que se quer evidenciar as diversas consciências práticas sobre a Revolução Russa de Fevereiro. Realiza-se, portanto, a análise que permite fazer os sujeitos explicitarem os seus próprios pressupostos, bem como suas posições naquele conflito social, trazendo, como argumenta G. Lukács, a evidência “que aparece explícita, sem necessidade de provas, para seus leitores” (1959, p. 5).

O DESENCADEAMENTO DE FEVEREIRO DE 1917

O ano de 1917 iniciou-se na Rússia como uma nova fase de agonia aos trabalhadores urbanos e camponeses pobres por conta da participação do Império Russo na Guerra imperialista, que agudizou em todo o país o sofrimento humano e as contradições sociais. O descontentamento com a situação política e social aflorou nas fábricas e bairros operários das grandes cidades.

No mês de fevereiro de 1917 agravou-se a crise, visto que no dia 16 teve-se o racionamento do pão e outros víveres à população. No dia 18 foram anunciadas demissões de operários da Usina de Putilov, uma grande indústria situada em Petrogrado que empregava mais de 30 mil operários. Em 19, várias padarias foram assaltadas pelas massas famintas e desesperadas.

No dia Internacional da Mulher de 1917 (23 de fevereiro segundo o calendário Juliano adotado na Rússia dos Romanov, 8 de março conforme o calendário Gregoriano, usado no Ocidente²), milhares de operárias têxteis e de donas de casa saíram às ruas para protestar contra a carestia, denunciar a situação de fome e exigir pão aos trabalhadores e as suas famílias.

Em 24 de fevereiro, 200 mil operários entraram em greve em Petrogrado, impondo-se, de modo contundente, os gritos antigovernamentais e pacifistas junto com as reivindicações de abastecimento. No dia seguinte, a tentativa de repressão por parte das tropas faz aumentar ainda mais as mobilizações e o apoio social aos manifestantes, soldados dispararam ao ar expressando, desse modo, simpatia ao movimento. Em 26, verificou-se motins em diferentes regimentos e guarnições na capital. Por fim, no dia 27 de fevereiro em Petrogrado, soldados e operários ocupam a fortaleza de Pedro e Paulo e libertaram prisioneiros políticos; ademais, saquearam o arsenal, apoderaram-se das armas e munições. Em consequência, a capital ficou

² Na Rússia dos Tzares vigorava o calendário juliano, com uma defasagem de treze dias em relação ao calendário gregoriano, utilizado no Ocidente. O calendário russo foi compatibilizado ao ocidental em 1º de fevereiro de 1918. Neste texto, as datas referidas seguem o calendário Juliano.

por completo nas mãos dos insurretos: a bandeira vermelha tremulou sobre o Palácio de Inverno.

Tal situação fez com que os membros da Duma se recusassem a obedecer às ordens expressas pelo Tzar para dispersarem e dissolver a assembleia. Numa atitude de imitação aos revolucionários franceses de 1789, os parlamentares russos decidiram continuar os trabalhos e a deliberar em uma sala que não era o recinto habitual de reuniões. O desenvolvimento das mobilizações de final de fevereiro levou à declaração do Governo Provisório por parte dos representantes parlamentares. Finalmente, em 3 de março, Nicolau II, “o Sanguinário”, aceitou abdicar do poder e, assim, a Rússia foi libertada do tzarismo, pondo fim à dinastia Romanov, que governava desde 1613, reinado que já durava oito gerações e contabilizava mais de trezentos anos. O nome Governo Provisório se deu à perspectiva de realização de uma Assembleia Constituinte para escolher a nova forma de governo. Por sua vez, os trabalhadores, sem esperar as ordens legislativas, passaram a organizar os seus órgãos de poder, que segundo Ana Pankratova, foram “os soviets de deputados operários, os sindicatos e os comitês de fábricas”. (1976, p. 24)

Os Soviets eram órgãos principais da expressão política dos trabalhadores e soldados. Surgiram pela primeira vez na Revolução de 1905, a primeira Revolução Russa, e depois na Revolução de Fevereiro de 1917. De acordo com Gregory Zinoviev: “sem revolução, os Soviets são impossíveis” (2013, p. 88). Segundo Leon Trotsky, “os Soviets representaram o embrião de um governo revolucionário” (2013, p. 59). O *modus operandi* dos soviets se fazia por meio dos delegados que eram escolhidos na forma de eleições diretas pelos populares participantes, os eleitos respondiam de modo imediato, podendo haver a revogabilidade no caso de não cumprimento das funções em consonâncias aos representados. Ao comentar essa característica da representação soviética, John Reed considerou “nunca antes foi criado um corpo político mais sensível e perceptivo da vontade popular. Isto era necessário, pois nos períodos revolucionários, a vontade popular muda com grande rapidez” (2008).

Vale destacar que nos últimos dias de fevereiro de 1917, a dinastia Romanov, que governava segundo os interesses dos grandes proprietários rurais da Rússia, perdeu o seu principal esteio de sustentação no poder: o exército. Após três anos da sanguinolenta guerra para os russos, eram contabilizadas cerca de 3,3

milhões de homens mortos, número que representava 40% das baixas sofridas pelos exércitos da *Entente*. Somados a isso, por volta de 8 milhões de vítimas do conflito e mais de 6 milhões de pessoas que foram desalojadas. Ainda mais, o Estado czarista não conseguia armar nem alimentar os seus 16 milhões de mobilizados para a guerra. A tática de “ondas humanas” resultara em baixas consideráveis, como na contraofensiva russa dirigida pelo general Brusilov, após a ofensiva alemã no território governado pelo Tzar Nicolau II, que resultou na morte de 500 mil soldados russos, em 1916. A partir daquele momento, começaram as deserções em massa no exército do Império dirigido pelos Romanov.

Enquanto a massa de soldados morria na frente de batalha, algumas empresas contabilizavam os lucros fabulosos devido à guerra. Como escreveu Leon Trotsky:

A Companhia Têxtil dos Riabushunskys, /.../ apresentava um lucro líquido de 75%; a Companhia Tver, 111%; as laminações de cobre Kolchugin, cujo capital era de 10 milhões, ganhou mais de 12 milhões num ano. Neste setor a virtude patriótica era generosamente recompensada, e notemos, sem retardamento. (1978, p. 41)

No meio rural, os pequenos camponeses eram golpeados pelas mobilizações militares, enquanto o seu gado e a produção agrícola eram requisitados, em concomitância, a indústria voltada para a guerra rompia relações com o campo, deixando de fornecer os bens e materiais que esse necessitava. Nas cidades a inflação corroía os salários, chegando às cifras de 300 a 400%. A falta de produtos básicos de alimentação favorecia a especulação, comerciantes e grandes produtores agrários lucravam com a situação de escassez. Os auxílios prometidos pelos *Aliados* quando chegavam se mostravam insuficientes. Tal situação colocou os soldados de baixa patente ao lado dos manifestantes nas ruas em fevereiro de 1917.

Aos trabalhadores, a Revolução de Fevereiro abriu uma nova fase para o seu protagonismo na história, embora deve-se destacar que no ano de 1916 o movimento operário passou por uma ascensão de greves, mas não com força o suficiente que favorecesse a previsão da greve geral do final de fevereiro. Na visão dos trabalhadores havia ficado evidente que as greves operárias e as mobilizações resultaram na queda do Tzar, doravante os proletários exigiam melhorias reais em suas condições de vida. Sendo assim, passaram-se ao processo de organização, retomando a experiência que fora reprimida em 1905. Nesse passo, os

trabalhadores fizeram ressurgir os Sovietes (conselhos), uma forma de assembleia eleita pelos trabalhadores. Distintamente em relação à revolução de 1905, quando a organização do Soviete se restringiu a área urbana industrial, em fevereiro de 1917 formou-se sovietes locais, eleitos em várias cidades e vilarejos da Rússia; estabeleceu-se também os sovietes regionais, provinciais e o Comitê Central Executivo dos Sovietes de toda a Rússia, de modo que pode-se perceber a ampliação organizativa e qualitativa do processo de Fevereiro em relação à primeira Revolução Russa. Tanto em 1905 quanto em Fevereiro de 1917, os Sovietes surgiram por iniciativa espontânea de grupos de trabalhadores em greve, como organização eleita diretamente pelos operários, além disso, os Sovietes foram resultados de um vasto movimento de rebelião dos trabalhadores nos principais centros industriais do país.

A primeira composição política do Governo Provisório foi a dirigida pelo príncipe Lvov, um grande proprietário de terras, organizada por Pavel Miliukov, dirigente do partido Constitucional Democrata (Cadetes), agremiação política da grande burguesia liberal-conservadora, que objetivava uma monarquia constitucional à Rússia. Pode-se afirmar que os cadetes dirigiram a formação do governo após a abdicação de Nicolau II, em seguida à tentativa frustrada de salvar a dinastia Romanov com a indicação de D. Miguel, que recusou o posto de monarca. O gabinete montado em início de março contava com três destacados industriais como ministros, o ministério da Guerra ficou com Alexander Guchkov, um grande capitalista russo e político da União 17 de Outubro, também chamado de Partido Outubrista, uma agremiação que surgiu em outubro de 1905, que defendia o caminho da monarquia constitucional ao Império Russo. Para o Ministério das Finanças foi escolhido o banqueiro M. Tereschenko, e Comércio e Indústria, Alexander Konovalov, um dos maiores industriais do ramo têxtil da Rússia. Para o Ministério da Justiça foi escolhido o político Alexander Kerensky, deputado na Duma, ao mesmo tempo em que acumulava o cargo de uma das vice-presidências do Soviete de Petrogrado, sua origem política remonta ao grupo político *Tudrovique*, um segmento de oposição parlamentar ao tzarismo na primeira Duma do Estado, 1906. Após a Revolução de Fevereiro, Kerensky se ligou ao partido dos Socialistas Revolucionários.

A montagem do Governo Provisório, após os acontecimentos de Fevereiro, foi dirigida pela oposição liberal conservadora, com o apoio da hierarquia do

exército, que objetivou se desligar de Nicolau II para controlar o estouro revolucionário, além de prosseguir com a participação russa na guerra imperialista ao lado da França e Inglaterra; e contra a Alemanha, o Império Turco-Otomano e a Austro-Hungria. A política de Miliukov, ministro das relações exteriores, se pautava pela expansão do território russo à custa do Império Otomano. Sendo assim, evidencia-se que a substituição de Nicolau II pelo Governo Provisório não havia mudado a essência da orientação econômico-social imposta pelo tzarismo à Rússia, haja vista que permaneceu-se com a política sustentada em anexações de novas terras ao Império Russo.

Deve-se considerar os partidos socialistas da Rússia. Os Socialistas-Revolucionários eram de longe o maior partido em fevereiro de 1917. O seu programa considerava os princípios do coletivismo inerente à comunidade camponesa russa. Eles eram vistos como o partido do campesinato.

O POSDR (Partido Operário Socialdemocrata Russo) foi fundado em 1898. No congresso de 1903 ocorreu uma divisão em suas fileiras. De um lado, a maioria, os Bolcheviques, fração dirigida por Lenin; de outro, a minoria, os Mencheviques, agrupamento liderado por Julius Martov e Pavel Axelrod. O programa do POSDR seguia as posições da Internacional Socialista adaptadas ao contexto russo, tendo como referência a base teórica ancorada no marxismo da II Internacional. Os bolcheviques se caracterizavam por defender propostas mais radicais, enquanto os mencheviques advogavam posições socialistas moderadas. Bolcheviques e mencheviques atuaram conjuntamente até 1912, momento em que a divisão ganhou maior expressão política. Destaca-se que após a Revolução de 1905 até meados de 1917, os mencheviques foram maioria entre os militantes da socialdemocracia no solo russo.

Torna-se importante destacar que nenhum dos partidos socialistas esteve à frente dos acontecimentos de Fevereiro de 1917. As mobilizações pelo dia das mulheres do dia 23, a greve geral em 24, a rebelião dos soldados nos diferentes regimentos e a insurreição do dia 27 de fevereiro não foram dirigidas por nenhum partido, ou agrupamento político. De modo que, a Revolução de Fevereiro foi um estouro espontâneo protagonizado por mulheres operárias, operários e, na sequência, também por soldados de baixa patente.

AS VISÕES DOS CÍRCULOS DIRIGENTES

O Tzar Nicolau II e o Estado-maior do Exército russo haviam tomado conhecimento das agitações desde o dia 25 de fevereiro. O autocrata ordenara que se fizesse cessar a partir do dia seguinte “as agitações inadmissíveis”. No dia seguinte a artilharia abriu fogo contra a massa em protesto, mas alguns soldados de baixa patente confraternizaram-se com os manifestantes. Em 27 de fevereiro, Nicolau II recebeu a notícia de que todas as guarnições de Petrogrado passaram para o lado da revolução. O general Alexiev, em conformidade com a posição da maioria do comando militar, recomenda abdicação ao Tzar “para salvar a independência do país e salvaguardar a dinastia”. A impossibilidade de lançar o *Tzarevich* Alexis ao poder e a recusa do irmão de Nicolau II, o Grão-Duque Miguel em assumir o trono, a dinastia Romanov chegava ao fim. Nicolau II, em seus últimos registros como Tzar, anotou: “Deixo Pskov [cidade na qual encontrou os enviados militares] com a alma angustiada pelo que acabo de viver. Em volta de mim é tudo traição, covardia e velhacaria”. (In. FERRO, 2004, p. 38)

Por seu turno, Alexander Kerensky passou a desfrutar de considerável autoridade na última semana de fevereiro de 1917. Destacou-se por seu trabalho como defensor de perseguidos políticos, como membro da comissão que investigou os acontecimentos do massacre de mineiros na região do Rio Lena em 1912, e como parlamentar atuante na Duma. Suas ações decisivas no dia 27 de fevereiro possibilitou aparecer como um dos líderes do processo. Ressalta-se a sua chamada para desobedecer a ordem do Tzar de dissolução do parlamento, seus discursos aos soldados amotinados, o seu enfrentamento aos ministros tzaristas e a sua participação nas mobilizações de rua. Aos olhos dos populares, essas iniciativas fizeram com que o deputado tornasse uma figura de destaque no cenário político e social.

Kerensky (1927) evocou a impotência das organizações ilegais na oposição ao Tzarismo, frisando que a Duma teria desempenhado um contraponto consistente ao Imperador. Sendo assim, construiu uma visão dos acontecimentos que legitimava a proeminência da liderança parlamentar sob o movimento grevista e a revolta dos militares de baixa patente. Por sua posição no parlamento e nas mobilizações de rua, Kerensky articulou a entrega do poder exercido pela população após a greve geral e a insurreição de trabalhadores e soldados ao comando oficial da assembleia parlamentar.

No plano internacional, a Revolução de Fevereiro obteve interpretações distintas. A posição da Alemanha, expresso pelo general Erich Ludendorff (1919, p. 413-414), os acontecimentos de Fevereiro russo foi um ato da *Entente* para remover o Tzar, com vistas a ampliar as forças da Rússia na Guerra. O general entendeu que as derrotas do exército russo em 1916 poderiam levar Nicolau II a buscar um acordo de paz, o que Inglaterra e França não desejavam. Assim, Ludendorff interpretou o evento realçando os elementos da geopolítica do conflito bélico, ao passo que desconsiderou a ação autônoma das massas. Vale mencionar que não se conhece documentação acerca das intenções do Tzar no sentido de um acordo com a Alemanha no início de 1917.

A Inglaterra, por meio de seu diplomata na Rússia, George Buchanan, considerou que o movimento de fevereiro foi consequência da inabilidade e incompetência do Tzar em conduzir o país, portanto não compreendeu a Revolução enquanto resultado da situação da Rússia na guerra, mas enfatizou o desmoronamento da confiança das elites em seu governante. Ao mesmo tempo, propalou que a “Rússia não estava madura o suficiente para modelos democráticos de governo” (BUCHANAN, 1923, p. 86), o que permite constatar que para a Inglaterra a democracia era inviável no grande país do Oriente.

AS INTERPRETAÇÕES *COLD WARRIORS* ACERCA DA REVOLUÇÃO DE FEVEREIRO

Nos anos 40 até a década de 60 do século XX notou-se nas universidades ocidentais a hegemonia dos chamados *cold warriors* no que se refere às explicações sobre as revoluções russas. *Cold warriors* eram as produções intelectuais vinculadas politicamente e financiadas pelas potências imperialistas. Em suas obras registram uma interpretação alinhada aos interesses dos grandes países capitalistas no momento auge da Guerra Fria. Suas análises apresentavam pouca base empírica, frisando muito mais as conceituações vinculadas à liberal-democracia. Foram escritas pelos professores oficialistas da versão ocidental no conflito. Esses autores da historiografia oficial do Ocidente produzida no bloco capitalista interpretaram de modo diferente a Revolução de Fevereiro de 1917. Um dos representantes dessa corrente, Adam Ulam afirmou que:

Os acontecimentos de fevereiro-março não foram provocados simplesmente por um levante dos trabalhadores e o motim da guarnição de Petrogrado. Numa amplitude maior do que ninguém em poucas semanas poderia admitir, a

revolução teve um caráter patriótico, decidida a derrubar um governo e um regime incapaz de dar um destino vitoriosos à guerra travada então. (1976, p. 359)

Assim, de acordo com essa visão, a Revolução de Fevereiro teria sido expressão de “um caráter patriótico” vindo a mobilizar pela “vitória na guerra”, trabalho que a Dinastia dos Romanov não conseguiria mais desempenhar. Tal posição expressa os anseios políticos dos setores liberais-conservadores do Governo Provisório, que apregoavam a continuidade da Rússia no conflito. Entretanto, a população reprovava a guerra. Segundo o historiador Marc Ferro, no dia 25 de fevereiro, “Na praça Znamenskaia a multidão confraternizou com os cossacos. Gritavam ‘Pão’, ‘Viva a República’, ‘Abaixo a guerra’” (2004, p. 32). De modo que o tzarismo foi desalojado do poder por sua identificação com o conflito imperialista no qual o povo russo foi lançado. Se por um lado, o Governo Provisório fez o país continuar na carnificina, por outro, argumentava a necessidade de defender a conquista da democracia e a defesa da nação, ocultando os desígnios da ofensiva por anexações de território à Rússia. Ao reconhecer os gritos ecoados das manifestações, observa-se que a posição de Ulam não se sustenta empiricamente.

Richard Pipes, também estudioso da Revolução Russa na perspectiva da corrente tradicionalista ocidental dos anos 50 do século XX, enfatizou o protagonismo dos soldados para explicar a Revolução de Fevereiro. Segundo sua visão:

O peso secundário dos fatores econômicos-sociais na Revolução Russa torna-se evidente a partir do exame dos acontecimentos de fevereiro de 1917, que não configuram uma revolução dos “trabalhadores” – o coro das fábricas apenas repetia e amplificava as ações dos verdadeiros protagonistas, os soldados. O motim da guarnição de Petrogrado estimulou as desordens da população civil, descontente com a inflação e a escassez. /.../ O registro histórico é indubitável: o Tzar não foi forçado à abdicação pelos trabalhadores e camponeses, cedendo aos chefes militares e líderes parlamentares por sentimento patriótico. (1997, p. 362)

Desse modo, Pipes aponta duas questões sobre Fevereiro: o protagonismo dos soldados e o senso “patriótico” do Tzar Nicolau II. Vale destacar que a sublevação dos regimentos proporcionou grande visibilidade aos soldados na Revolução de Fevereiro, pois a decisão mais radical tomada pelo Soviete de Petrogrado na fase inicial foi o *Prikaz n°1*, em 1º de março de 1917, norma imposta pelos soldados que impactou toda a hierarquia militar. Estabelecia que os soldados e os marinheiros possuíam o direito de eleger os delegados dos Sovietes, bem como

participar da escolha dos comandos e de toda a hierarquia militar, e que em “todos os seus atos políticos, a unidade militar obedece o Soviete e deputados operários e soldados, e a seus comitês” (In. FERRO, 2004, p. 107). A presença dos soldados na Revolução de Fevereiro se expressou na representação dos membros da caserna de baixa patente no Soviete de Petrogrado e no Comitê Executivo dos Sovietes. A capital russa contava com por volta de 150 mil soldados, mas o número de operários era cerca de quatro vezes maior. Contudo, na representação soviética em março de 1917, a cada dois delegados operários, havia cinco representantes dos soldados, de modo que “O tecido cinza dos uniformes constituía o pano de fundo do Soviete” (TROTSKY, 1978, p. 193). Entretanto, vale destacar que os soldados aderiram às manifestações somente após as movimentações das mulheres e da greve das operárias e operários, o que permite evidenciar a incorreção na afirmativa de protagonismo principal dos soldados nos acontecimentos de Fevereiro. A maioria dos soviets, com as representações das fábricas e dos bairros operários, será formada após o estabelecimento do Comitê Executivo, o que explica a defasagem de delegados vinculados aos trabalhadores na representação soviética nessa fase da revolução. Em síntese, as trabalhadoras e os trabalhadores, por meio das manifestações e greves, trouxeram os soldados à luta revolucionária, não o contrário; embora a representação dos membros da caserna no Soviete tenha sido desproporcional em relação ao número de operários existentes em Petrogrado naquele momento.

Em relação ao “senso patriótico” do Tzar, R. Pipes quer transformar um monarca sanguinário em um rei “com sentimento patriótico”, um autocrata quase cidadão. No entanto, Nicolau II recusava a representação política do país, defendia a forma de governo sem o parlamento. O Tzar rejeitava o diálogo com os membros da comunidade nacional russa e dos povos a ele subordinado. O imperador acreditava que sendo o representante escolhido por Deus, não deveria abrir mão de seu poder. O último Romanov reprimia duramente o movimento operário e proibia a sua organização. Em 9 de janeiro de 1905, durante o seu reinado, ocorreu o massacre da manifestação pacífica em procissão de populares dirigida pelo padre Gapón, com idosos e crianças inclusos, que objetivava entregar ao monarca uma petição com mais de cem mil assinaturas, o documento continha reivindicações de melhorias sociais. O cortejo seguia com orações, ladainhas religiosas e cantos ao “papaizinho Tzar” (*batiuchka*), em referência a Nicolau II. A repressão ocorreu quando os

soldados abriram fogo contra a população indefesa, o que resultou em dezenas de mortos e centenas de feridos. Os que protestavam pacificamente sofreram devido às balas disparadas pelos cossacos, pessoas foram pisoteadas pelos cavalos e pelos próprios manifestantes em pânico. Sobre o acontecido, o autocrata declarou: “perdoa ao seu povo por se ter revoltado”. O suposto Tzar com “senso patriótico” aceitou chamar eleições para um parlamento somente após a Revolução de 1905, mesmo assim considerando o voto censitário e estabelecendo diferenças nas escalas de representação. Ademais, a primeira Duma foi dissolvida em cerca de dez semanas. A segunda, eleita em 1907, durou pouco mais de quatro meses. A terceira Duma, eleita logo depois, se caracterizou como conservadora, mas, mesmo assim, foi desconsiderada pelo autocrata nas questões importantes referentes ao poder na Rússia. A quarta Duma, eleita em 1912, também teve influência política limitada. Ainda no reinado de Nicolau II ocorreu o massacre dos mineiros do Rio Lena (1912), trabalhadores que deflagraram uma greve. Com o intuito de acabar com o movimento, o regime respondeu com uma violenta repressão fazendo cerca de duzentos mortos e centenas de feridos. Ainda mais, o Tzar incentivava abertamente o antissemitismo, financiando o grupo reacionário Centúrias Negra, que levava a depredações e matanças em bairros judeus, o bando perseguia o grupo étnico-religioso considerado bode expiatório pelos problemas pelos quais passavam o Império Russo. Para se ter a dimensão do universo imaginário do último Romanov, recorda-se a conversa, ocorrida em janeiro de 1917, entre o autocrata russo e o embaixador britânico, George Buchanan, que perguntou a Nicolau II como planejava reconquistar a confiança de seus súditos, o Tzar respondeu: “Eu devo reconquistar a confiança do meu povo, ou o meu povo deve reconquistar a minha?”. Nota-se que o “senso patriótico” na postulação de Pipes em relação ao Tzar Nicolau II representa um esforço na formação de uma falsa consciência, uma visão ideológica insustentável nos documentos, fatos e acontecimentos.

Vale frisar que os autores sobre as Revoluções Russas comprometidos com a visão ortodoxa da guerra fria expressaram um forte anticomunismo, uma visão negativa em relação às mobilizações sociais e colocaram as revoluções como acidentes históricos, que atrapalhou o curso de uma evolução político-institucional “patriótica”. Na especificidade da Revolução de Fevereiro, eles destacaram as ações das elites políticas e militares no evento, ao passo que desacreditaram a participação popular por transformações e ocultaram o protagonismo de operárias e

operários. Sendo assim, descartaram as movimentações de fevereiro como espontâneas dos trabalhadores.

Torna-se importante destacar que o procedimento de análise da historiografia *cold warriors* e, sobretudo, as suas conclusões, relacionam-se à característica geral da decadência ideológica da burguesia, conforme a conceituação desenvolvida por G. Lukács³, que se processa pelo abandono da ação estudiosa com vista a desvendar a realidade efetiva. Para o mestre de Budapeste, a noção de decadência ideológica da burguesia expressa a apologia do compromisso entre os intelectuais do capital e o *status quo*, de modo que a intelectualidade burguesa atua enquanto sentinela da ordem social, para que ninguém retire conclusões que possam desacreditar o sistema. A especificidade da decadência ideológica expressa pelos autores pró-Occidente na *guerra fria* é a carência de base empírica em suas formulações, visto que defendem que o tzarismo caminhava em direção a aceitar a estruturação da representação nacional, enquanto, na realidade, a monarquia russa almejava a manutenção do absolutismo em sua forma mais antiquada e caduca.

Portanto, pode-se dizer que o intuito da perspectiva burguesa, na época do conflito polarizado entre os dois blocos, no estudo do processo revolucionário russo de fevereiro de 1917 tratava-se de promover a apologia da ordem do capital, revelada no desinteresse em desvendar as circunstâncias e as condições das ações dos trabalhadores na história.

INTERPRETAÇÕES ACERCA DA DIREÇÃO NA REVOLUÇÃO DE FEVEREIRO

O revolucionário Leon Trotsky criticou a explicação da Revolução de Fevereiro como movimento espontâneo, pois, segundo sua visão, tal avaliação não favoreceria a elucidação daquele acontecimento. Desse modo,

Quem dirigiu a Revolução de Fevereiro? Podemos, por conseguinte, responder com a clareza desejável: os operários conscientes e bem temperados e sobretudo os que se formaram na escola do partido de Lenin. Devemos acrescentar, porém que esta liderança suficiente para assegurar a vitória da insurreição não estava em condições, logo no início, de colocar a direção do movimento revolucionário entre as mãos da vanguarda proletária. (1978, p. 143)

Ao considerar a Revolução de Fevereiro enquanto uma insurreição anônima, na posição de Trotsky, a Segunda Revolução Russa teria sido preparada pela ação

³ Acerca da noção de decadência ideológica da burguesia, conferir Lukács (1968, p. 52).

das organizações ilegais ou legais, depois realizadas pelos trabalhadores e soldados, o que permite considerar que no julgamento sobre o ocorrido existiu uma direção tácita à processualidade revolucionária. Neste sentido, a revolução de Fevereiro não teria sido espontânea, mas anônima. Com o intuito de explicar a velocidade de como circulavam as informações e a consolidação das ações entre os populares no final do segundo mês de 1917, Leon Trotsky atribui importância às ações dos bolcheviques.

Em um texto atribuído a J. Stálin, no qual se discute a história do Partido Comunista da URSS, no tocante à Revolução de Fevereiro afirmou o protagonismo dos bolcheviques:

Enquanto os bolcheviques dirigiam a luta direta, das massas nas ruas, os partidos oportunistas, Mencheviques e Socialistas-revolucionários, preocupavam-se em obter postos de deputados nos Sovietes, alcançando a maioria na representação. A este resultado contribuiu, em parte, o fato de que a maioria dos dirigentes do partido bolchevique se encontravam no cárcere ou na deportação (Lenin se encontrava na emigração, e Stalin e Sverdlov estavam deportados na Sibéria), enquanto que os mencheviques e socialistas-revolucionários encontravam-se livremente nas ruas de Petrogrado. Assim, se explica que os representantes dos partidos oportunistas: Mencheviques e Socialistas-revolucionários, se apossaram da direção do Soviete e de seu Comitê Executivo. (1953, 92-93)

Pode-se perceber que a posição de Stálin rejeita a tese de anonimato para caracterizar a Revolução de Fevereiro, ao afirmar a preponderância do Partido Bolchevique nos acontecimentos. Com intuito de explicar o domínio dos mencheviques e socialistas-revolucionários nas instâncias soviéticas em março de 1917, Stálin atribuiu às perspicácias dos oportunistas em se apoderarem dos lugares de decisão, enquanto os revolucionários estavam organizando os movimentos, ou presos na Sibéria. Em suma, a narrativa stalinista, por um lado, propalou o protagonismo bolchevique em fevereiro, por outro, o saldo político colhido pelos mencheviques, como a presidência e a maioria dos soviets, é apresentado com base na suposta esperteza dos oportunistas. Tal posição favoreceu muito mais um julgamento moral do que uma avaliação da realidade. Contudo, torna-se importante dizer que essa foi a posição oficial da URSS no período stalinista e dos Partidos Comunistas sobre a segunda revolução russa.

Entretanto, vale destacar que os partidários de Lenin estavam em situação desfavorável no começo do ano de 1917. Os militantes experientes se encontravam fora do país ou desterrado na Sibéria, ficando a direção Bolchevique em Petrogrado

sob a responsabilidade do metalúrgico Schiliapnikov, o operário Zalutsky e o estudante Molotov. A linha política dos bolcheviques após a revolução de 1905 compreendia as três palavras de ordem de combate – jornada de 8 horas e confiscação das terras dos nobres e república democrática – o que se chamava familiarmente de “as três baleias” do bolchevismo, em alusão às baleias sobre as quais repousa o globo terrestre, segundo antiga crença popular russa.

Nas mobilizações para o dia Internacional das Mulheres em 1917, segundo o historiador Kevin Murphy (2017, p. 138 e 147), a liderança bolchevique Kaiurov se dirigiu a uma reunião de mulheres a fim de instruí-las a não iniciarem a greve sem antes ouvirem as instruções do partido, uma vez que os líderes bolcheviques de Petrogrado consideravam que “o tempo anda não estava maduro para a ação militante”.

Ademais, torna-se importante considerar que o Primeiro Manifesto Bolchevique na Revolução de Fevereiro saiu apenas no dia 27, portanto, três dias após a greve geral e, além disso, no segundo dia posterior ao início da revolta dos soldados. Segundo Lisa Foa (1972, p. 105), a ideia de dar vida a um Soviete se manifestou nas fábricas de Petrogrado em 24 de fevereiro. Entretanto, o documento bolchevique conclamava: “Os operários das fábricas e das usinas, assim como as tropas rebeldes, devem escolher sem demora seus representantes ao governo revolucionário provisório, que deve ser constituído sob a guarda do povo revolucionário amotinado e do exército”. (In. FERRO, 2004, p. 107)

O conteúdo da declaração bolchevique de 27 de fevereiro chamava aos operários a eleição de representantes ao Governo Provisório, mas não mencionou em nenhum dos parágrafos as eleições para os Sovietes que estavam em curso, o que atesta o descompasso dos bolcheviques em relação à subjetividade dos trabalhadores e a movimentação. Vale dizer que a instância soviética ocorria em paralelo ao governo oficial. Percebe-se que a demora e o conteúdo da divulgação da posição bolchevique desautorizam a tese de Trotsky, que ressalta a importância do partido na veiculação das informações no contexto da insurreição anônima. Além disso, o atraso no posicionamento e a linha explicitada do partido leninista nega por completo o escrito de Stálin, que é laudatório às ações dos bolcheviques no segundo mês de 1917, mas que a informação não é sustentada, pois inexistente documental. Deve-se notar que o partido de Lenin seguiu aos acontecimentos protagonizados pelos operários e soldados nos eventos de fevereiro, não

desempenhando ações dirigentes ou, tampouco, determinantes nos fatos de sua deflagração.

De acordo com o historiador Pierre Broué,

A revolução de fevereiro de 1917, a chamada “insurreição anônima”, foi um levante espontâneo das massas, surpreendendo a todos os socialistas, inclusive os bolcheviques, cujo papel, como organização foi nulo durante os acontecimentos, apesar de que seus militantes desempenharam um importante trabalho individualmente nas fábricas e nas ruas como agitadores e organizadores. Em 26 de fevereiro, o birô russo, encabeçado por Schiliapnikov, recomendava ainda aos operários atuar com prudência: sem dúvida, alguns dias depois se cria de fato uma situação de duplo poder. (s/d, p. 114)

Vale destacar que a explicação de Broué sobre os acontecimentos de fevereiro combina as noções de “insurreição anônima” com “levante espontâneo”. Sua reflexão parte da constatação de que não há documentos que demonstrem a intervenção bolchevique enquanto partido determinante nos eventos, ao contrário, pois a posição bolchevique foi manifestada após a greve e a rebelião dos membros de baixa patente na caserna. Broué lembra que o principal dirigente do partido em Petrogrado à época, A. Schiliapnikov, recomendava prudência, porquanto é possível inferir que tal aviso refletia a permanência na memória dos ativistas revolucionários do massacre sofrido pelos mineiros grevistas do Rio Berna em 1912, bem como as inúmeras prisões de militantes ocorridas em 1916.

A ESPONTANEIDADE NA REVOLUÇÃO DE FEVEREIRO

Durante as batalhas de fevereiro em Petrogrado, a multidão dera mostra de um extraordinário nível de organização e de solidariedade. Segundo o memorialista N. Sukhanov, “Toda a população civil se sentia contra o inimigo – a polícia e os militares. Os desconhecidos conversavam, fazendo perguntas e comentando as notícias, falando de choques com os inimigos e de seus momentos de distração”. (1965, p. 20)

Deve-se ter em conta que a ausência de quadros experientes na militância na Revolução de Fevereiro não se restringia aos bolcheviques. Como informou Sukhanov, simpático aos mencheviques em 1917, em relação a todos os partidos socialistas no início dos eventos do fevereiro russo “não havia nenhum dirigente com autoridade no lugar dos acontecimentos. Estavam todos no exílio, na prisão, ou no estrangeiro”. (1965, p. 28)

Dos intelectuais que se debruçaram sobre os eventos de fevereiro russo, os que melhor compreenderam foram os historiadores E. N. Burdzhhalov e E. H. Carr. Para o primeiro, o papel dos partidos foi mínimo nos acontecimentos de fevereiro russo (BURDHALOV, 1987, p. 120). De acordo com o segundo “A Revolução de Fevereiro de 1917 que derrubou a dinastia Romanov foi um estouro espontâneo das massas exasperadas pelas privações da guerra e por uma evidente desigualdade na divisão das cargas bélicas”. (CARR, 1977, p. 86)

Torna-se possível considerar que os eventos de fevereiro foram realizados pelas massas de trabalhadores e soldados, de modo espontâneo, independente dos partidos, motivados pela privação imposta à população pelos dominantes devido ao percurso do sofrimento do povo russo na guerra.

Para o historiador Marc Ferro (1967), a quantidade menor de votos para os bolcheviques nas eleições das representações soviéticas deve ser explicada pelos próprios equívocos do partido, que despriorizou a formação dos Sovietes na irrupção revolucionária de final de fevereiro, isto aconteceu não porque estivessem à frente das greves, ou das revoltas dos soldados; mas devido ao partido apostar na constituição de um governo revolucionário, à revelia dos conselhos populares. Vale ressaltar que os bolcheviques logo abandonaram o equívoco, sendo responsáveis pela criação de vários Sovietes nos bairros operários, como o emblemático Soviete de Vyborg, no subúrbio industrial de Petrogrado. Entretanto, aos olhos da maioria dos operários e soldados participantes dos acontecimentos de fevereiro, os mencheviques e os socialistas-revolucionários apareciam melhores sintonizados aos seus anseios para os próximos passos políticos a serem dados. Assim, o menchevique Cheidze foi eleito presidente do Soviete de Petrogrado, nas vice-presidências foram escolhidos o também menchevique Skobolev e o deputado da Duma A. Kerensky. Para o Comitê Executivo, além dos membros da presidência, foram eleitos o socialista internacionalista Nicolai Sukhanov, o jornalista socialdemocrata I. Steklov e o bolchevique A. Schiliapnickov; foram ainda admitidos representantes dos comitês centrais e dos comitês locais de Petrogrado dos partidos socialistas. Portanto, os mencheviques conquistaram a maioria no Conselho Executivo da representação soviética de Petrogrado na Segunda Revolução Russa.

De início, os mencheviques e socialistas-revolucionários se sintonizaram aos anseios das massas, ao passo que animaram a formação dos Sovietes. A proposta emergida no interior dos conselhos foi a de que a Rússia deveria seguir com uma

guerra defensiva, sem anexações. Tal política foi nomeada de defensismo revolucionário, que transformava uma guerra imperialista em uma guerra defensiva, a pretexto de que era uma guerra para defender as conquistas da Revolução de Fevereiro e a nação. A consequência foi a permanência da Rússia no conflito. A posição dos bolcheviques, por outro lado, exortava a transformação da “guerra imperialista” em uma “guerra civil” com o proletariado contra a burguesia e a aristocracia, mas não teve a maioria do apoio entre os delegados dos Sovietes no início do Governo Provisório. Nesse passo, a maioria dirigida pelos mencheviques e socialistas-revolucionários aprovou o apoio crítico do Soviete ao Governo Provisório.

A DUALIDADE DE PODERES NA RÚSSIA

Torna-se possível observar que a Revolução de Fevereiro resultou em dois governos a Rússia. De um lado, os representantes na Duma improvisaram a administração da burguesia, que buscava redigir uma Constituição, controlar o movimento operário e recompor o Estado em novas bases jurídicas e políticas, além de continuar com a participação na guerra imperialista junto aos Aliados. Do outro, o Soviete dos Operários, Soldados e Camponeses foi o comando dos trabalhadores, que exigiam melhores condições de vida, alimentação e paz sem anexações. Os dois poderes, a princípio, tinham sua sede lado a lado no palácio Táuride, observando-se e tratando-se com certa cordialidade. Entretanto, o bloco do partido cadete e Outubrista batia pela permanência da Rússia na guerra imperialista em favor dos *Aliados*, defendiam a recomposição do Estado, o retorno da disciplina no exército, a proteção da propriedade privada no campo e na cidade e eram cautelosos quanto às reformas sociais ao trabalho, que impactaria financeiramente a indústria. Em contraponto, estavam os setores populares que atuaram nos eventos de fevereiro, tratava-se, para eles, de efetivar o que chamavam “democracia revolucionária”.

O Governo Provisório não possuía mandato eleitoral, entretanto, sua autoridade derivava da Duma e contava com o apoio tácito das lideranças do Soviete. Os mencheviques e socialistas-revolucionários dirigiam a instância soviética, mas sob pressão da uma massa participativa atenta, aberta às propostas de lutas e disposta as ações. Segundo Victor Serge, “O Soviete proclamou sua intenção de paz; o governo burguês, a sua fidelidade aos Aliados. A dualidade era um conflito de poderes.” (1993, p. 53)

Observa-se a complexidade da crise russa com o governo dual, na medida em que cada parte intervém para consagrar as suas instituições, o que refletia o equilíbrio instável de poder no processo revolucionário inconcluso. Segundo Leon Trotsky, “O regime da dualidade de poderes só é possível em épocas revolucionárias e constitui mesmo uma das suas características fundamentais”. (1978, p. 184)

Vale destacar que V. Lenin foi um dos primeiros revolucionários a teorizar sobre a situação de dualidade de poderes. O esforço da liderança russa de apreender a realidade no sentido de corrigir os posicionamentos adotados pelo Partido Bolchevique em meados do mês de março, visto que, com a recomposição da direção partidária ocorrida com liberação dos militantes presos e deportados, assumem o comando bolchevique na cidade de Petrogrado os dirigentes Muranov, Kamenev e Stálin. Segundo Pierre Broué, “os bolcheviques adotaram as teses dos mencheviques, segundo a qual é preciso que os revolucionários russos prossigam na guerra para defender as suas recentes conquistas democráticas da agressão do imperialismo alemão.” (s/d, p. 115)

A posição dos mencheviques compreendia a necessidade de defesa do Governo Provisório, como fiador das liberdades democráticas e garantidor do defensismo revolucionário em relação à guerra. O conflito, doravante, seria visto como a forma de se defender a “democracia revolucionária” e o povo, em relação ao inimigo estrangeiro. De fundo, essa parte da socialdemocracia russa compreendia que se processava no país uma revolução burguesa, que deveria ser completada com o apoio dos trabalhadores, para adiante, o proletariado ter a condição de realizar no futuro a sua própria bandeira de reivindicação independente aos detentores do capital. Nesse passo, na visão menchevique, caberia a defesa do Governo Provisório contra os apoiadores da aristocracia reacionária e do inimigo externo na guerra. Assim, por hora, segundo o posicionamento dos moderados, a função dos trabalhadores caberia seguir a reboque da direção burguesa do processo político e social russo.

No texto de Lenin *As tarefas do proletariado na presente revolução*, escrito que ficou conhecido como as “Teses de abril”, divulgado logo de seu retorno à Rússia, o dirigente bolchevique considerou:

A “dualidade de poderes” se manifesta na existência de dois governos: o governo principal, autêntico e efetivo da burguesia, o “governo Provisório” de

Lvov e companhia, que tem nas suas mãos os órgãos de poder, e um governo suplementar, secundário, de “controle”, personificado pelo Soviete de deputados operários e soldados de Petrogrado, que não tem em suas mãos os órgãos de poder do Estado, mas se apoia diretamente na indubitável maioria absoluta do povo, nos operários e soldados armados. (1978, p. 22)

Na visão de Lenin, o caráter transitório da dualidade de poderes advém da contraposição dos poderes da burguesia, materializada no Estado oficial, e do proletariado, colocado por suas organizações, sobretudo, os Sovietes.

A consigna a ser defendida não seria a completude do Estado burguês sob a forma de república democrática parlamentar, mas a superação da máquina estatal, bem como os seus aparelhos e órgãos de administrações habituais com exército permanente, polícia, burocracia privilegiada, instituições que são colocados acima do povo. Ao invés da consolidação estatal burguesa, buscava-se um novo contorno de Estado, um Estado-Comuna, que “substitui o exército e a polícia, separados do povo, pelo armamento imediato e direto do próprio povo”, eis que se põe a forma social, na qual pode ser realizada a emancipação econômica dos trabalhadores. O pressuposto a ser defendido que melhor adequou o programa à realidade após a Revolução de Fevereiro foi a consigna de “Todo o poder aos Sovietes!”

REFERÊNCIAS

Bibliográfica

BROUÉ, Pierre. *El Partido Bolchevique*. Traducción: Garcia Fernandez. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann. S/d.

BUCHANAN, G. *My Mission to Russia and other diplomatic memoirs*. Vol. II. London: Cassel and Company Limited, 1923.

BURDZHALOV, E. N. *Russia's second revolution: the February 1917 uprising in Petrograd*. Trad. Y ed. D. J. Raleigh. Indiana: Indiana University, 1987.

CARR, E. H. *La revolución bolchevique 1917-1923*. 1. La conquista y organización de poder. 3. Ed. Traducción: Soledad Ortega. Madrid: Alianza Editorial. 1977.

FERRO, Marc. *A revolução russa de 1917*. Tradução Maria Rezende. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FERRO, Marc. *La Revolution de 1917*. I. Le chute du tsarism et le origines d'Octobre. Paris: Auber, 1967.

FOA, Lisa. “Los soviets y Octubre”. GERRATANA, Velentino. (et. al). *Consejos obreiros y democracia socialista*. Córdoba: Pasado y Presente, 1972, pp: 99-124.

KERENSKY, A. *The catastrophe: Kerensky's own story of the Russian Revolution*. 1927. Transcriber: Jonas Holmgren. In: <https://www.marxistsfr.org/reference/archive/kerensky/1929/catastrophe/index.htm>. Acesso em abril de 2017.

LENIN, V. I. "As tarefas do proletariado na presente revolução". In: *Teses de abril*. Lisboa: Edições Avante, 1978.

LUDENDORFF, E. *My war memories 1914-1918*. Vol. II. London: Hutchinson & Co. 1919.

LUKÁCS, G. "Marx e o problema da decadência ideológica". In: *Marxismo e teoria da literatura*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUKÁCS, G. *El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Tradução: Wenceslao Roces. México, DF: Fondo de Cultura Economica, 1959.

PANKRATOVA, Ana. *Los consejos de fábrica en la Rúsia de 1917*. Barcelona Anagrama, 1976.

PIPES, Richard. *História concisa da revolução russa*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

REED, John. *Os soviets em acção*. Tradução: José Lopes Gonçalez. 2008. In: <https://www.marxists.org/portugues/reed/1918/10/soviets.html>. Acesso em setembro de 2016.

SERGE, Victor. *O ano I da revolução russa*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ensaio, 1993.

STÁLIN, J. *História del Partido Comunista (bolchevique) de la URSS. Obras*. Tomo XIV. Moscou: Edições Lengua extranjeras. 1953. <http://www.formacion.psuv.org.ve/wp-content/uploads/2013/09/Obras-Escogidas-Tomo-XIV-Historia-del-PCb-de-la-URSS.pdf>. Acesso em setembro de 2016.

SUKHANOV, Nicolai. *La Révolution Russe 1917*. Paris: Stock, 1965.

TROTSKY, Leon. "O conselho de deputados operários e a revolução". In: PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (Org.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, pp: 59-75.

TROTSKY, Leon. *A história da revolução russa*. Volume I – A queda do tzarismo. Tradução de E. Huggins. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ULAM, Adam. *Os bolcheviques*. Tradução: Francisco da Rocha Filho e Archibaldo Figueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

ZINOVIEV, Gregory. "Quando e sob quais condições podem ser criados os soviets operários". In: PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (Org.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, pp: 85-88.

Fontes

O manifesto Bolchevique de 27 de fevereiro de 1917. In: FERRO, Marc. *A revolução russa de 1917*. Tradução Maria Rezende. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004, p: 106-107.

Prikaz nº I. 1º de março de 1917. In: FERRO, Marc. *A revolução russa de 1917*. Tradução Maria Rezende. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004, p: 107-108.